

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-233-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.330210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ESCOLA NA PRISÃO OU A PRISÃO NA ESCOLA: CONCEITOS EDUCACIONAIS NOS CONTEXTOS PRISIONAIS

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Rita de Cássia da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109071>

CAPÍTULO 2..... 10

A LUDICIDADE NA PRODUÇÃO DE JOGOS COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MANOEL GOMES

Lucimar Brito da Silva Mayer Lira

Gabriel de Miranda Soares Silva

Verônica Ramos de Assis Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109072>

CAPÍTULO 3..... 18

A OBSERVAÇÃO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA

Alcindo Ferreira Mendes Neto

Marla Camille Carvalho de Oliveira

Francisco Diogo Lopes Filho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109073>

CAPÍTULO 4..... 26

LETRAMENTO EM MARKETING EM AVALIAÇÕES DO 3º. CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jônio Machado Bethônico


Daniella Milagres Henriques Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109074>

CAPÍTULO 5..... 46

O ENSINO-APRENDIZAGEM DO LÉXICO POR UMA PERSPECTIVA CULTURAL

Lúcia Helena Ferreira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109075>








CAPÍTULO 6..... 57








RESIDÊNCIA EDUCACIONAL: NOVA DIRETRIZ PARA OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA






Maria Lucia Morrone

Marina Ranieri Cesana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109076>

CAPÍTULO 7	69
O TRABALHO COM O TERRITÓRIO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Valter de Almeida Costa  https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109077	
CAPÍTULO 8	82
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: MINICURSO SEGURANÇA, ÉTICA E CIDADANIA NA INTERNET Taita Lima do Nascimento Claudia Ferreira de Almeida  https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109078	
CAPÍTULO 9	90
A EDUCAÇÃO DOS JOVENS ENTRE A LIBERDADE E A AUTORIDADE: REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE OS ADELFOFOS DE TERÊNCIO Marcello Peres Zanfra  https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109079	
CAPÍTULO 10	104
IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO ROQUE (SP) Márcio Pereira Iohana Barbosa Pereira Frank Viana Carvalho  https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090710	
CAPÍTULO 11	116
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E INOVAÇÃO METODOLÓGICA: OFERTA PARA DISCIPLINAS PRESENCIAIS Luciana de Lima Robson Carlos Loureiro  https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090711	
CAPÍTULO 12	128
OU SO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO DIDÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM Sérgio Alberto Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090712	
CAPÍTULO 13	143
SATISFAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALTAMIRA-PA Jakson José Gomes de Oliveira Ana Lúcia Almeida de Oliveira José Luis Speroni  https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090713	

CAPÍTULO 14	152
DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR EM PLENA PANDEMIA: CONCILIAÇÃO É UMA POSSÍVEL SAÍDA	
Gualter Cres Fernandes	
Matheus Cres Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090714	
CAPÍTULO 15	163
A MONITORIA NA FORMAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM LETRAS/ESPANHOL	
Amanda dos Santos Almeida	
Simone Braz Ferreira Gontijo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090715	
CAPÍTULO 16	173
A QUALIDADE COMO EVOCAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO COMO IMAGEM DOS ATORES	
Tuca Manuel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090716	
CAPÍTULO 17	185
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E CARREIRA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	
Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090717	
CAPÍTULO 18	197
DESNATURALIZAÇÃO, ESTRANHAMENTO E A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: POSSIBILIDADES ATRAVÉS DA POÉTICA/TEATRO DO OPRIMIDO DE AUGUSTO BOAL	
Wiliam Marques Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090718	
CAPÍTULO 19	210
UM OLHAR ETNOMATEMATICO SOBRE AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO MARANHÃO	
Sérgio Roberto Ferreira Nunes	
Márcia Cristina Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090719	
CAPÍTULO 20	225
“MAS, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?”: ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO GEPTE/UFMT	
Anatália Daiane de Oliveira Ramos	
Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo	
Edson Caetano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090720	

CAPÍTULO 21.....	236
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO 4.0	
Cláudia Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090721	
CAPÍTULO 22.....	251
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: AS PINTURAS MURAIS DA ANTIGA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
Rogério Machado	
Tainá Gomes dos Santos	
Gabriella de Melo Rabelo	
Maisa da Silva Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090722	
CAPÍTULO 23.....	270
NEOLIBERALISMO: O NEOSSUJEITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Chayene Straykyver Pastori de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090723	
CAPÍTULO 24.....	278
IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE E DESAFIOS (1980-2015)	
Ivan da Costa Ilhéu Fontan	
Renata Guimarães de Oliveira Fontan	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090724	
CAPÍTULO 25.....	291
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO EM ALAGOAS	
Gabriel Soares de Azevedo Filho	
Jacy de Araújo Azevedo	
Ana Carolina de Araújo Azevedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090725	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	302
ÍNDICE REMISSIVO.....	303

A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO EM ALAGOAS

Data de aceite: 21/06/2021

Data de submissão: 22/03/2021

Gabriel Soares de Azevedo Filho

Mestre em Educação pela Universidade
Federal de Alagoas
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/7514822091792179>

Jacy de Araújo Azevedo

Mestre em Educação pela Universidade
Federal de Alagoas
Maceió – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/6751264583746017>

Ana Carolina de Araújo Azevedo

Graduada em Direito Centro Universitário
Maurício de Nassau
Maceió – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/2263144520197374>

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar a contribuição do Programa Universidade para Todos para a expansão do ensino privado em Alagoas nos anos de 2011 a 2019 (PROUNI). O PROUNI foi criado em 13 de janeiro de 2005 por meio da Lei nº 11.096, no contexto do discurso da democratização do ensino superior, o qual tinha como objetivo viabilizar o acesso à educação superior nas instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Para saber como o PROUNI contribuiu para a expansão do ensino superior privado em Alagoas, utilizamos a pesquisa qualitativa, e, para fundamentar os estudos, optamos pela pesquisa bibliográfica

e documental. O artigo está organizado, para além da introdução e das considerações finais, em três seções. A primeira apresenta uma breve reflexão acerca da história do ensino superior e a criação da universidade, a partir da Idade Média e a criação da Universidade (século XII) até a implantação e a estatização da Universidade moderna nos dias atuais. A segunda dedica-se à reflexão da reforma do ensino superior no Brasil e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), fazendo uma breve retomada de seu percurso histórico. A tônica da terceira seção pauta-se no PROUNI e sua contribuição para a expansão do ensino superior de Alagoas, tendo como ponto de partida a ampliação da educação superior pública e privada a partir dos anos de 1990. Conclui-se que esse Programa tem contribuído para o avanço do ensino superior privado em Alagoas.

PALAVRAS - CHAVE: Ensino Superior. Expansão. PROUNI.

THE CONTRIBUTION OF THE UNIVERSITY PROGRAM FOR ALL IN THE EXPANSION OF PRIVATE EDUCATION IN ALAGOAS

ABSTRACT: This article aims to analyze the contribution of the University for All Program to the expansion of private education in Alagoas in the years 2011 to 2019 (PROUNI). PROUNI was created on January 13, 2005 by means of Law 11.096, in the context of the democratization discourse of higher education, which aimed to enable access to higher education in private institutions with or without profit. To find out how PROUNI contributed to the expansion of private

higher education in Alagoas, we used qualitative research, and, to support the studies, we opted for bibliographic and documentary research. The article is organized, in addition to the introduction and final considerations, into three sections. The first presents a brief reflection on the history of higher education and the creation of the university, from the Middle Ages and the creation of the University (12th century) until the implantation and nationalization of the modern University today. The second is dedicated to reflecting on the reform of higher education in Brazil and the University for All Program (PROUNI), making a brief resumption of its historical path. The focus of the third section is based on PROUNI and its contribution to the expansion of higher education in Alagoas, starting with the expansion of public and private higher education from the 1990s. It is concluded that this Program has contributed for the advancement of private higher education in Alagoas.

KEYWORDS: Higher Education. Expansion. PROUNI.

1 | INTRODUÇÃO

Analisando as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil acerca do ensino superior durante a década de 1990, percebemos que houve mudanças no ensino superior. Essas mudanças foram marcadas por políticas que priorizaram a chamada naturalização. Entende-se por naturalização das instituições não universitárias, colocar no mesmo patamar de universidades os centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos (DOURADO, 2011).

O governo federal criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) através da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, sob a inspiração do discurso de democratização do ensino superior, viabilizando oportunidades para o estudante cursar uma graduação em instituições de ensino superior (IES) privadas com ou sem fins lucrativos.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

O programa oferece uma isenção fiscal às IES privadas, para que essas empresas ofereçam bolsas aos alunos que não conseguem vagas nas IES públicas, e que não tem condições financeiras para ingressar no ensino superior privado. (FACEIRA, 2009). Nesse sentido, o PROUNI, foi fundamental no processo de expansão da educação superior.

Tendo como objetivo analisar a expansão da educação superior privada em Alagoas nos anos de 2011 a 2019, este artigo tem como problema de pesquisa: como o Programa Universidade Para Todos contribuiu para a expansão do ensino superior privado em Alagoas? Para responder a esta questão, utilizamos a pesquisa qualitativa, e, para fundamentar os estudos, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental. Para o aporte teórico, utilizamos

os escritos de Dourado (2011), Haas e Linhares (2013), Sguissardi (2005), Macedo (2005), e Trindade (2000). E como suporte documental tivemos a Legislação do PROUNI (BRASIL, 2005), e os registros do Anuário Estatístico do estado de Alagoas (2019).

Nesse sentido, o texto busca no primeiro momento, fazer um breve percurso sobre a história do ensino superior no Brasil. No segundo, o objetivo é situar o Programa Universidade para Todos (PROUNI) no contexto da reforma do ensino superior. No terceiro, o foco é no avanço do ensino superior privado no estado de Alagoas tendo como ponto de partida o PROUNI, apresentando assim, algumas considerações finais.

2 | HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR E O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE

Entendemos que seria uma negligência indesculpável tratar de história universitária, seja do Brasil ou de qualquer outro país, sem fazermos uma busca histórica dos primórdios da universidade. Nesse sentido, consideramos a necessidade de traçarmos uma linha temporal da história da universidade para entender o processo, as razões e contribuições da implantação da universidade brasileira.

Trindade (2000, p. 122) traça a seguinte linha:

1. Do século XII até o Renascimento, caracterizado como “período da invenção da universidade em plena Idade Média em que se constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja.”.
2. No século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contrarreforma.
3. A partir do século XVII, período marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do Iluminismo do XVIII, a universidade começou a institucionalizar a ciência.
4. No século XIX, implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade.

O mundo estava sofrendo inúmeras transformações, e neste cenário surge a universidade.

O quadro abaixo relaciona as primeiras universidades criadas a partir da Idade Média.

NOME DA UNIVERSIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO	INFORMAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE
Universidade de Bolonha	1088	A primeira universidade ocidental. O termo “universidade”, aliás, vem de sua criação. Durante as guerras mundiais, seus gestores buscaram se aproximar de países mais avançados tecnologicamente, o que permitiu que, ainda hoje.
Universidade de Paris	Não se sabe a data exata de sua fundação, mas estima-se que suas atividades tenham iniciado em 1096.	Ela foi separada, em 1970, em 13 universidades autônomas, dentre as quais a mais famosa é Sorbonne (fundada em 1257). A Universidade de Paris fechou três vezes em sua história: em 1229, durante uma revolta de seus alunos, em 1940, durante a invasão do exército alemão e em 1968, durante o chamado <i>Maio Francês</i> , conhecido como uma revolução cultural.
Universidade de Oxford	A data considerada é de 1096	A instituição se desenvolveu mais rapidamente depois de 1167, quando o rei Henrique II proibiu que ingleses estudassem na Universidade de Paris.
Universidade de Montpellier	Ano da fundação 1150	Localizada em Montpellier, na França, acredita-se que já ministrava aulas antes de sua data oficial de fundação. A Universidade foi fechada durante a revolução francesa em 1793, mas as faculdades de ciência e letras foram restabelecidas em 1810, enquanto as aulas de direito voltaram apenas em 1880.
Universidade de Cambridge	Provável data de fundação 1209.	A segunda universidade mais antiga da língua inglesa, foi criada por dois acadêmicos que deixaram Oxford após uma disputa. Desde então, as duas instituições cultivam um clima de rivalidade.
Universidade de Salamanca	Foi criada em 1218	Localizada na cidade homônima, na Espanha, e recebeu o título de Universidade pelas mãos do Papa Alexandre IV em 1225.
Universidade de Pádua	Fundação 1222	É a segunda universidade mais antiga da Itália, fundada por um grupo de estudantes e professores que deixaram a Universidade de Bolonha em busca de uma maior liberdade acadêmica.
Universidade de Coimbra	Datado de 1290	Ao assinar o <i>Scientia e thesaurus mirabilis</i> , D. Dinis criava a universidade mais antiga do país e uma das mais antigas do mundo. A Universidade de Coimbra começa a funcionar em Lisboa e em 1308 é transferida para Coimbra, alternando entre as duas cidades até 1537, quando se instala definitivamente na cidade do Mondego.

Quadro 1 - Cronologia e informação das primeiras universidades ocidentais

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de GALASTRI, 2013 e COIMBRA, 2015.

As primeiras universidades tiveram uma significância para a vida do homem medieval, porque estas constituíam autênticos espaços de desenvolvimento de sua intelectualidade, um centro de desenvolvimento do pensamento do homem europeu. Notamos que a universidade, desde sua criação, sempre foi um espaço para os abastados e privilegiados economicamente. (LE GOFF, 1989).

2.1 A Universidade Moderna da Implantação a Estatização

A universidade passou por consideráveis transformações marcadas pelo desapego ao método tradicional teológico e sua imersão aos estudos científicos baseados na perspectiva humanística. A universidade moderna foi formada pela atuação do Estado Nacional da Europa e influenciada pelo Iluminismo e pelo o Enciclopedismo. No plano político e social, encontrou sua base na Revolução Francesa de 1789 (TRINDADE, 2000). A partir do século XIX, notamos que a ciência foi introduzida no ensino universitário e, com esta, abriu-se uma nova relação entre universidade e Estado. Trindade (2000), diz que países como França, Itália e Prússia, foram impulsionados pela estatização universitária na Idade Moderna.

Em Berlim, no ano 1809, foi criada a primeira universidade moderna. Seu fundador foi Wilhelm Von Humboldt. Esta, passou a se pautar nos parâmetros das regras da racionalidade e da ciência como princípio basilar para a formação universitária. A importância da Universidade de Berlim está no fato de que se imprimiu um modelo que inspirou o ensino superior na Europa e nos demais continentes da terra. (SGUISSARDI, 2005).

Movido pela revolução industrial do século XVIII, o perfil do ensino superior deixou de ser a produção de ideias para ser um ensino mais pragmático e utilitário. Este desvio aconteceu a partir do momento que a universidade passou a ceder às determinações do capitalismo movido pela força industrial.

3 | O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR: UMA BREVE RETOMADA DE SEU PERCURSO HISTÓRICO

O programa Universidade Para Todos nasceu dentro de um contexto em que o Presidente Lula (2003-2006) deu sequência as políticas privatistas iniciadas em governos anteriores. Políticas estas, inseridas no conjunto de reformas do sistema educacional brasileiro, dentre as quais se destacam:

- a) Decreto 4.914, de 11/12/2003 dispõe sobre os centros universitários alterando o art. 11 do Decreto nº 860, de 9 de julho de 2001;
- b) Lei nº 10.861, de 14/04/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES;
- c) Lei nº 11.079, de 30/12/2004 que institui a Parceria Público Privado;
- d) Decreto Presidencial nº 5.225, de 1/10/2004 que elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs à categoria de Instituições de Ensino Superior;
- e) Decreto Presidencial nº 5.205, de 20/12/2004 que regulamenta as fundações de apoio privadas no interior das IFES;
- f) Decreto Presidencial nº 5.622, de 19/12/2005 que regulamenta a educação à distância no Brasil e consolida a abertura do mercado educacional brasileiro

ao capital estrangeiro;

g) O Decreto nº 5.773, de 9/05/2006 que estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das IES;

h) Decreto Presidencial nº 5.245, de 18/10/2004 transformado na Lei nº 11.096/05 (que criou o Programa Universidade para Todos – PROUNI); e

i) o Projeto de Lei nº 7.200/06, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, em junho de 2006, que estabelece nova regulamentação para a educação superior brasileira (BRASIL, 2005).

Neste contexto, o governo federal por meio da medida provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004 instituiu o Programa Universidade Para Todos – PROUNI e em 13 de janeiro 2005, esta medida foi transformada na Lei nº 11.096/2005.

O programa oferece uma isenção fiscal às IES privadas. Nesse sentido, essas empresas concedem bolsas aos estudantes necessitados na modalidade de integrais e parciais. O PROUNI, no conjunto das políticas públicas afirmativas do governo federal, tem como foco garantir o acesso e permanência aos bolsistas na vida acadêmica. Ao tratar sobre as políticas públicas afirmativas, Haas e Linhares (2013, p.842), afirmam que a partir de 1965 o termo passou “a significar a exigência de favorecimento de algumas minorias socialmente inferiorizadas e juridicamente desiguais por preconceitos histórico e culturalmente fixados”. Assim, o PROUNI abre oportunidade a esses estudantes que historicamente enfrentaram barreiras no acesso ao ensino superior. (FACEIRA, 2009).

No parágrafo 1º da Lei 11.096/2005, notamos a comodidade comercial que o governo federal oferece à iniciativa privada da educação quando diz que o contrato tem duração de 10 anos, podendo ser renovado por mais 10 anos. Nesse caso, as IES privadas passam a serem favorecidas com recursos públicos. A Lei é bastante clara quando, no caput do Art. 8º, trata da isenção de impostos para estas instituições.

A instituição que aderir ao ProUni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

Ao analisar esta Lei, percebemos que este programa fortalece muito as IES privadas quando o governo federal abre mão de receber os tributos das empresas que aderirem ao programa.

Para Leher (2004, p.44),

O PROUNI é uma operação de salvamento para o setor privado. As grandes empresas educacionais, que atendem as elites, não têm muito interesse no programa – não querem ofertar vagas para alunos de baixo poder aquisitivo que sequer vão poder pagar 50% das bolsas. No entanto, as instituições de menor qualidade, que contam com um alto índice de inadimplência, isso é uma espécie de boia de salvação num setor que vive uma crise profunda.

O PROUNI surgiu como uma solução para a condição de decadência financeira que as IES privadas se encontravam (LEHER, 2004). Muitas dessas instituições estavam à beira da falência por não terem conseguido conter o problema da inadimplência. Na concepção deste autor (2004), não há interesse do Estado em oferecer melhorias na educação superior porque o governo, por meio do Programa Universidade Para Todos investe recursos públicos em instituições privadas, acelerando o processo de desenvolvimento dessas instituições.

Esta é também a realidade das IES no estado de Alagoas, e nesse sentido analisaremos o avanço do ensino superior privado e a sua relação com o programa Universidade Para Todos no estado de Alagoas.

4 | A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) PARA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ALAGOAS

Os anos de 1990 foram marcados pela expansão do ensino superior privado em todo território brasileiro (MACEDO et al., 2005). E Alagoas como um estado da república passa a ser impactado por essa expansão.

Segundo as informações publicadas no Anuário Estatístico de Alagoas, entre os anos de 2011 e 2018 o estado já possuía 28 IES privadas (ALAGOAS, 2019). O quadro 2 apresenta os números crescentes dessa distribuição:

Categoria administrativa	ANO							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total Geral	26	30	27	27	28	28	29	29
Pública	4	4	4	4	4	4	4	4
Federal	2	2	2	2	2	2	2	2
Estadual	2	2	2	2	2	2	2	2
Privada	22	26	23	23	24	24	25	28

Quadro 2 - Evolução do número de instituições de educação superior em Alagoas/ 2011 – 2018

Fonte: ALAGOAS, 2019

De acordo com o quadro 2, entre os anos de 2011 e 2018 o número de IES privadas era 5 vezes maior que o número de IES públicas. As IES privadas oscilaram durante os anos 2011 e 2017 em 22 e 25 IES. O ano de 2012 foi uma exceção. Este número foi elevado para 26 e, em 2013 e 2014, houve uma redução de 3 IES, ficando, nestes dois anos, com 23 instituições. De 2015 a 2017, volta a ter um crescimento no número das IES privadas, entretanto houve estagnação no número das públicas. As informações sobre o ano de 2019 não se encontram disponibilizadas. Constata-se que o ensino superior privado no período de 2011 e 2018 no estado das Alagoas apresentou um crescimento maior que o ensino superior público. Neste contexto,

Os indicadores educacionais do INEP têm apontado um panorama em que, ao mesmo tempo em que mais estudantes estão matriculados nos sistemas de ensino, torna-se necessário também assegurar meios para que permaneçam e obtenham sucesso na trajetória escolar. (AZEVEDO; ALVES; VIEIRA, 2020, p.30909)

Conforme verificado no demonstrativo de bolsas ofertadas, temos o seguinte quadro.

Categoria administrativa	ANO							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total Geral	26	30	27	27	28	28	29	29
Pública	4	4	4	4	4	4	4	4
Federal	2	2	2	2	2	2	2	2
Estadual	2	2	2	2	2	2	2	2
Privada	22	26	23	23	24	24	25	28

Quadro 3 - Demonstrativo do número de bolsas ofertadas pelo PROUNI em Alagoas entre os anos de 2011 a 2019

Fonte: MEC, 2020

Conforme dados do Sistema do PROUNI (SISPROUNI), o programa realizou 15.751 matrículas entre os anos de 2011 e 2019 por meio de aquisição de bolsas do PROUNI. (MEC, 2020). Os registros mostram que nos anos 2011 e 2012 houve uma queda apenas na adesão às bolsas integrais em relação aos anos anteriores, mas em 2013 o crescimento de matrículas com bolsas integrais foi retomado. Embora a partir de 2015 até 2017 apresentasse um decréscimo nas integrais, percebe-se que as bolsas parciais tiveram um crescimento significativo em 2017.

A partir dos números apresentados, percebemos que o referido programa ofereceu incentivos para o desenvolvimento do ensino superior em Alagoas. O primeiro incentivo se deu à medida que o governo federal concedeu, no período de 2011 a 2019, um total de 15.751 bolsas para os estudantes se matricularem nas instituições particulares de ensino superior. Outro motivo que contribuiu para o crescimento do ensino superior privado, foram

os incentivos fiscais oferecidos às instituições de ensino deste seguimento em Alagoas com respaldo legal. Nesse sentido, o site do provedor de informações do segmento fiscal e tributário, Fiscais e Legais – FISCOSOFT, apresenta os seguintes dados acerca da isenção concedida à instituição que aderir ao programa:

Dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1.394/2013, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, que aderir ao ProUni nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096/2005, ficará isenta, durante o período de vigência do termo de adesão, dos seguintes tributos:

- a) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- b) Contribuição para o PIS/Pasep;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- d) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

A isenção relativa ao IRPJ e a CSLL resultará em benefício sobre o lucro, e em relação ao PIS e COFINS, resultará em benefício sobre o valor da receita auferida, ambos decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

(<http://www.fiscosoft.com.br/main/> consulta realizada em 30/12/2020).

Fica evidente que através da educação superior privada há um esvaziamento dos cofres públicos, quando o governo abre mão de receber tributos que geram milhões de reais ao ano para os cofres da União. Percebemos que o PROUNI, segundo os dados apresentados, foi fundamental nesse processo de aceleração da educação superior privada. Por meio deste, o governo investiu verbas públicas em instituições privadas no estado de Alagoas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegarmos aos resultados dessa pesquisa percorremos uma trajetória cujo ponto de partida foi a análise histórica dos primórdios da educação superior na Europa Medieval, Renascentista e Contemporânea, enfocando o desenvolvimento da universidade na Idade Moderna por influência do capitalismo comercial e do humanismo no século XV, na formação para o nobre, e os interesses da reforma em popularizar o ensino.

Ao analisarmos as políticas educacionais aplicadas no Brasil a partir da década de 1990 no ensino superior, chegamos à conclusão de que as mudanças suscitadas neste período contribuíram para expansão do ensino superior em Alagoas e foram orientadas pelas políticas neoliberais (DOURADO, 2011). Dentre essas políticas, o governo federal criou o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) com o respaldo da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, cujo objetivo implícito em seu discurso era a democratização do ensino superior, promovendo assim, oportunidades para o brasileiro de baixa renda cursar uma graduação em IES privadas, com ou sem fins lucrativos.

Ao analisarmos o PROUNI em Alagoas no período entre 2011 a 2019, ficou evidente através dos dados, que o programa PROUNI contribuiu para a expansão do ensino superior privado no estado de Alagoas. Através do PROUNI, o governo federal transfere a sua responsabilidade de ofertar vagas para todos estudarem em uma instituição de ensino superior (IES) pública, ofertando vagas nas IES privadas. Os programas desenvolvidos pelo governo federal foram os principais instrumentos da máquina pública para acelerar o processo de expansão das IES privadas em Alagoas. Nesse sentido, compreendemos que o PROUNI tem se tornado um veículo muito importante para a consolidação dessa transferência e da expansão do ensino superior privado no estado de Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. (2017). **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas 2015**, ano 22, n. 22. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/download/anuuario2016v.2221.03.2017.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

AZEVEDO, J.A; ALVES, A.M.G.C; VIEIRA. A.P.A.V. A educação especial no contexto do Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v.6, n.5. Acesso: fev 2021.

BRASIL. (2005). **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/11096.htm>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBPAAE-** v. 27, n. 1, p. 53-65, jan./abr. 2011.

FACEIRA, L. S. (2009). **O ProUni como política pública em suas instâncias macroestruturais, meso-institucionais e micro sociais**: pesquisa sobre a implementação pelo MEC e por duas universidades na região metropolitana do Rio. 2009. 238f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FISCOSOFT. **IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP - Programa Universidade para Todos - PROUNI - Roteiro de Procedimentos**. 05 jun. 2016. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/main_online_frame.php?page=/index.php?PID=126454 &key=2571244>. Acesso em: 30 out. 2020.

GALASTRI, L. As 10 universidades mais antigas do mundo. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, out. 2013. Seção Notícias: educação. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/revista/common/0,,emi343904-17770,00- as+universidades+mais+antigas+do+mundo.html>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

HAAS, C. M; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, 2013.

LE GOFF. **Os intelectuais na idade média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEHER, Roberto. **Pruni é “boa de salvação” do ensino privado**. Recife: Reforma Universitária. Caderno 3, ADUFEPE – SSIND, 2004.

MACEDO, A. R. et al.(2005). Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 13, n. 47.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 191-222, 2005.

TRINDADE, H. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 122-133, 2000.

SOBRE O ORGANIZADOR

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA - Professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb - Campus VII) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA (Uneb - Campus III). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (IESCFAC), Especialista em Educação Matemática e Licenciado em Matemática pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (CESVASF). Foi professor e diretor escolar na Educação Básica. Coordenou o curso de Licenciatura em Matemática e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no Campus IX da Uneb. Foi coordenador adjunto, no estado da Bahia, dos programas Pró-Letramento e PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Participou, como formador, do PNAIC/UFSCar, ocorrido no Estado de São Paulo. Pesquisa na área de formação de professores que ensinam Matemática, Ludicidade e Narrativas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (CNPq/UFSCar), na condição de pesquisador, o Grupo Educação, Desenvolvimento e Profissionalização do Educador (CNPq/PPGESA-Uneb), na condição de vice-líder e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (CNPq/LEPEM-Uneb) na condição de líder. É editor-chefe da Revista Baiana de Educação Matemática (RBEM) e da Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE); e coordenador do Encontro de Ludicidade e Educação Matemática (ELEM).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adelfos 11, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 101, 102
Ambiente Virtual 82, 84, 86, 120, 245, 248
Avaliação do Desempenho 12, 185
Avaliações 10, 4, 26, 28, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 121, 126, 276

C

Carreira Docente 12, 18, 24, 104, 108, 111, 112, 113, 173, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 196
Cidadania 11, 28, 29, 43, 44, 69, 73, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 89, 106, 126, 162, 198, 243, 271
Cidade 48, 51, 53, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 97, 128, 129, 141, 153, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 274, 294
Conciliação 12, 152, 159, 160, 161, 162, 165
Cor 13, 251, 252, 257, 258, 262, 266, 268
COVID-19 152, 153, 158, 159, 161, 162
Cultura 2, 7, 27, 29, 41, 44, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 63, 64, 75, 78, 79, 91, 94, 120, 131, 135, 136, 137, 139, 144, 173, 175, 176, 177, 184, 196, 200, 202, 210, 215, 216, 223, 232, 241, 243, 244, 275, 280, 302
Cultura Organizacional 173, 175, 176, 177
Currículo 11, 61, 70, 76, 78, 81, 127, 141, 163, 167, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 223, 245, 276
Cursos de Licenciatura 10, 19, 20, 24, 57, 59, 61, 64, 65, 66, 105, 224

D

Desenvolvimento Profissional 185, 194, 288
Desigualdades Sociais 116, 118, 120, 125, 126, 249
Desnaturalização 12, 197, 203, 204, 206, 208
Docência 21, 22, 23, 24, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 105, 106, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 148, 149, 150, 163, 165, 166, 168, 170, 188, 194, 278, 279, 285, 290, 302

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 43, 44, 45, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 81, 82, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 130, 142, 143, 144, 146,

147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 171, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302

Educação a Distância 11, 116, 117, 118, 119, 120, 127, 156, 161, 250

Educação para o consumo 26

Educação Prisional 1, 2, 5

Ensino 10, 11, 12, 13, 4, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 76, 81, 82, 83, 85, 86, 104, 106, 110, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 140, 141, 142, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 263, 268, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Ensino-aprendizagem 10, 46, 47, 54, 55, 104, 110, 111, 113, 128, 140, 154, 166, 181, 213, 221, 289

Ensino de língua portuguesa 26, 31, 43, 56

Ensino de Sociologia 197, 202, 203, 204, 208

Ensino Superior 12, 13, 58, 62, 63, 64, 114, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 195, 196, 218, 219, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Escola 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 31, 40, 41, 42, 43, 45, 55, 59, 62, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 101, 105, 106, 110, 111, 112, 114, 115, 127, 128, 129, 131, 134, 148, 182, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 215, 217, 222, 226, 232, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 247, 269, 274, 289

Escola em Tempo Integral 10

Estágio Supervisionado 10, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 165, 167, 168

Estatuto da Carreira Docente 173, 178, 180, 183, 185, 186, 195

Estranhamento 12, 74, 197, 203, 204, 206, 208

Etnomatemática 210, 216, 219, 221, 222, 223

Expansão 13, 28, 50, 156, 162, 186, 189, 191, 195, 200, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 291, 292, 297, 299, 300

F

Filosofia da Diferença 116, 120, 122

Formação de professores 12, 56, 58, 59, 65, 67, 104, 109, 113, 119, 127, 143, 149, 150, 163, 164, 168, 171, 210, 214, 236, 240, 247, 270, 289, 302

Formação Docente 12, 17, 18, 21, 41, 57, 59, 63, 64, 65, 104, 110, 111, 113, 144, 149, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 211, 213, 240, 241, 249

Formação dos Profissionais da Educação 13, 270

G

Geografia 16, 17, 32, 72, 81, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 154, 156, 162, 223

H

História em quadrinhos 11, 128, 130, 132, 141

I

Identidade Profissional 104, 114

IFSP 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114

Importância 10, 11, 13, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 41, 55, 59, 60, 70, 79, 83, 86, 87, 88, 97, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 120, 125, 128, 130, 131, 139, 144, 170, 191, 202, 206, 228, 241, 243, 245, 247, 249, 275, 278, 281, 283, 289, 295

Imprevisibilidade 90, 100, 101, 188

Inovação. Metodologia 116

Instituições Privadas 13, 161, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 292, 297, 299

Investigação 1, 2, 31, 34, 52, 138, 167, 173, 175, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 190, 193, 194, 196, 233, 245, 251, 252

J

Jogos Didáticos 10, 11, 13, 15, 16

L

Letramento em Marketing 10, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44

Léxico 10, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56

Licenciatura Intercultural 210, 211, 213, 214, 215, 223, 224

Linguagens 30, 31, 39, 40, 61, 128, 129, 131, 207

M

Metodologia Ativa 10

Monitoria 12, 65, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

N

Neoliberalismo 13, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Neossujeito 13, 270, 271, 272, 273

O

Observação 10, 7, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 65, 77, 138, 140, 173, 178, 186, 204, 215, 219, 251, 263

P

Patrimônio 252, 256, 263, 268, 300

Percepção 11, 19, 22, 29, 72, 86, 130, 143, 146, 148, 149, 163, 165, 177, 241, 248

PIBID 11, 66, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 168, 302

Prisão 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

PROUNI 291, 292, 293, 296, 297, 298, 299, 300

Q

Qualidade 12, 21, 24, 25, 58, 59, 60, 110, 111, 113, 117, 119, 134, 149, 150, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 245, 247, 275, 276, 279, 289, 297

R

Recepção Contemporânea 90

Redes Sociais 29, 30, 82, 85, 87, 88, 118

Regulamentação 12, 28, 173, 174, 178, 179, 181, 182, 183, 194, 198, 214, 296

Representação Social 143, 145, 146, 148, 150

Residência Educacional 10, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 68

Responsabilidade 5, 29, 42, 82, 86, 87, 93, 96, 98, 121, 170, 171, 188, 197, 243, 247, 280, 300

S

Saberes 16, 43, 55, 57, 65, 94, 116, 117, 119, 123, 125, 126, 127, 150, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 250, 258

T

Teatro/Poética do Oprimido 197, 200, 204


Terêncio 11, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 101, 102

Território 11, 53, 55, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 81, 84, 213, 218, 219, 228, 229, 234, 293, 297


Tomada de Decisões 173, 176, 181

U

Uso Seguro 82, 85, 88

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5